



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Apresentação

RELATOR GERAL DO PLOA 2016: Deputado RICARDO BARROS

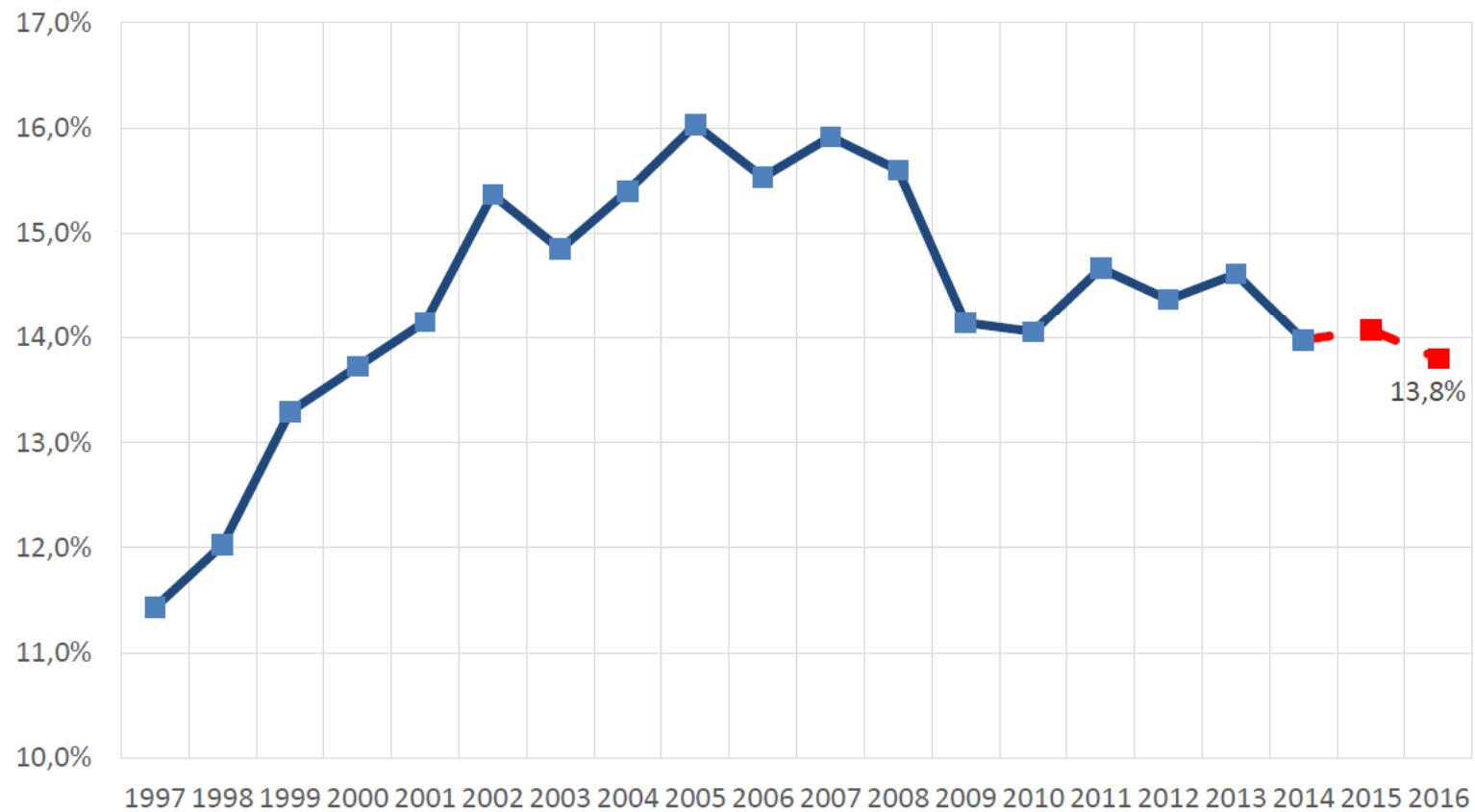
(PP/PR)

Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	2015			2016
	PLOA	LOA	Avaliação 4º bimestre	PLOA
PIB real - variação %	3,0	0,77	-2,44	0,2
PIB nominal - R\$ bilhões	5.756,50	5.522,80	5.797,25	6.253,17
IPCA acumulado - variação %	5,00	6,49	9,29	5,40
IGP-di acumulado - variação %	5,50	5,69	7,75	5,50
Taxa Over Selic - média %	10,91	12,07	13,30	13,42
Taxa Câmbio - média – R\$/US\$	2,45	2,59	3,25	3,39
Massa Sal Nominal - variação %	10,35	10,35	4,33	2,32
Salário Mínimo - R\$	788,06	788,00	788,00	865,50
Reajuste Nominal Sal Mínimo – var. %	8,80			9,83
Reajuste demais Benefícios. Prev. – var. %	6,2			9,67

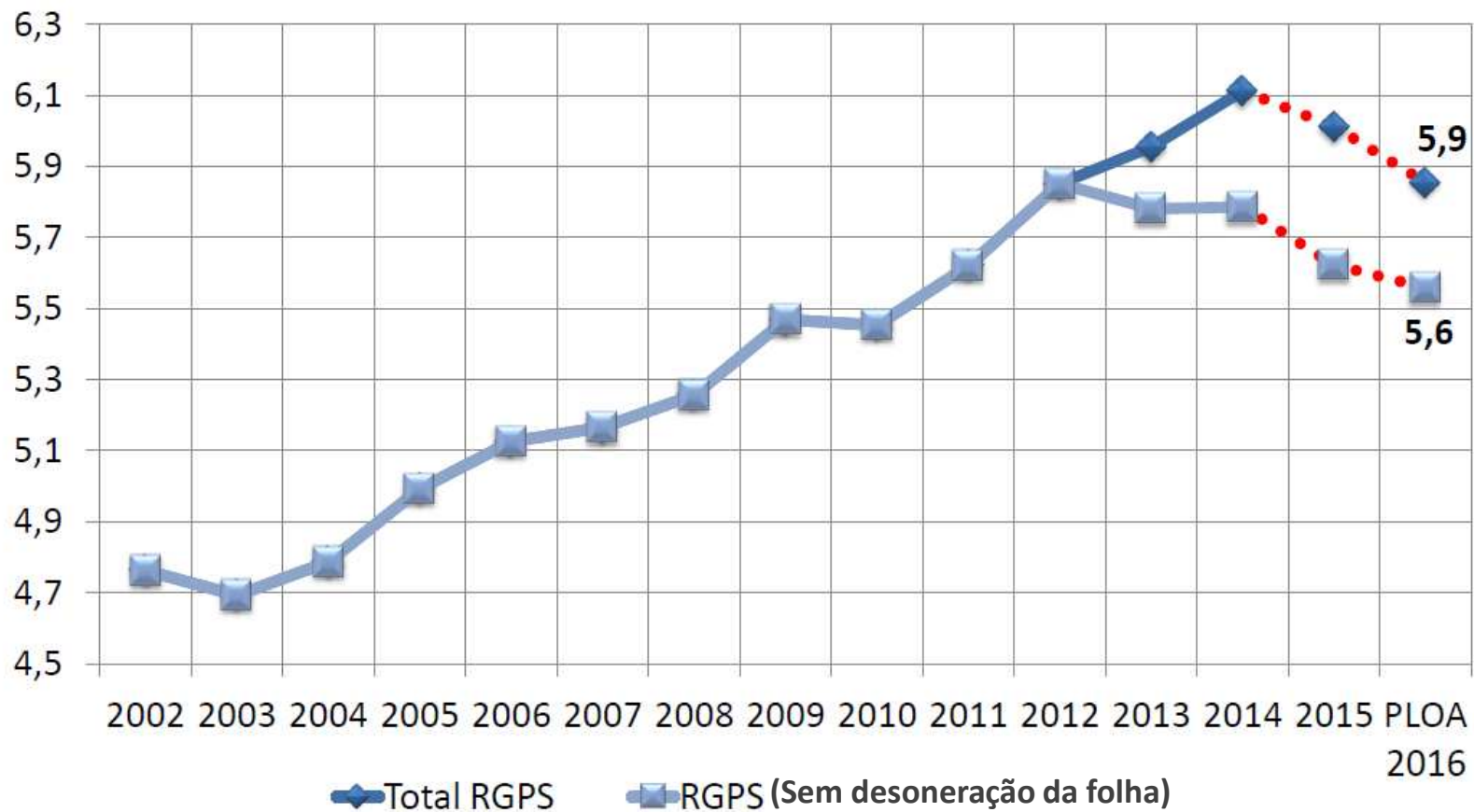
Fonte: PLOA e LOA 2015 / Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - 3º bimestre de 2015 / PLOA 2016.

RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS (em % do PIB)

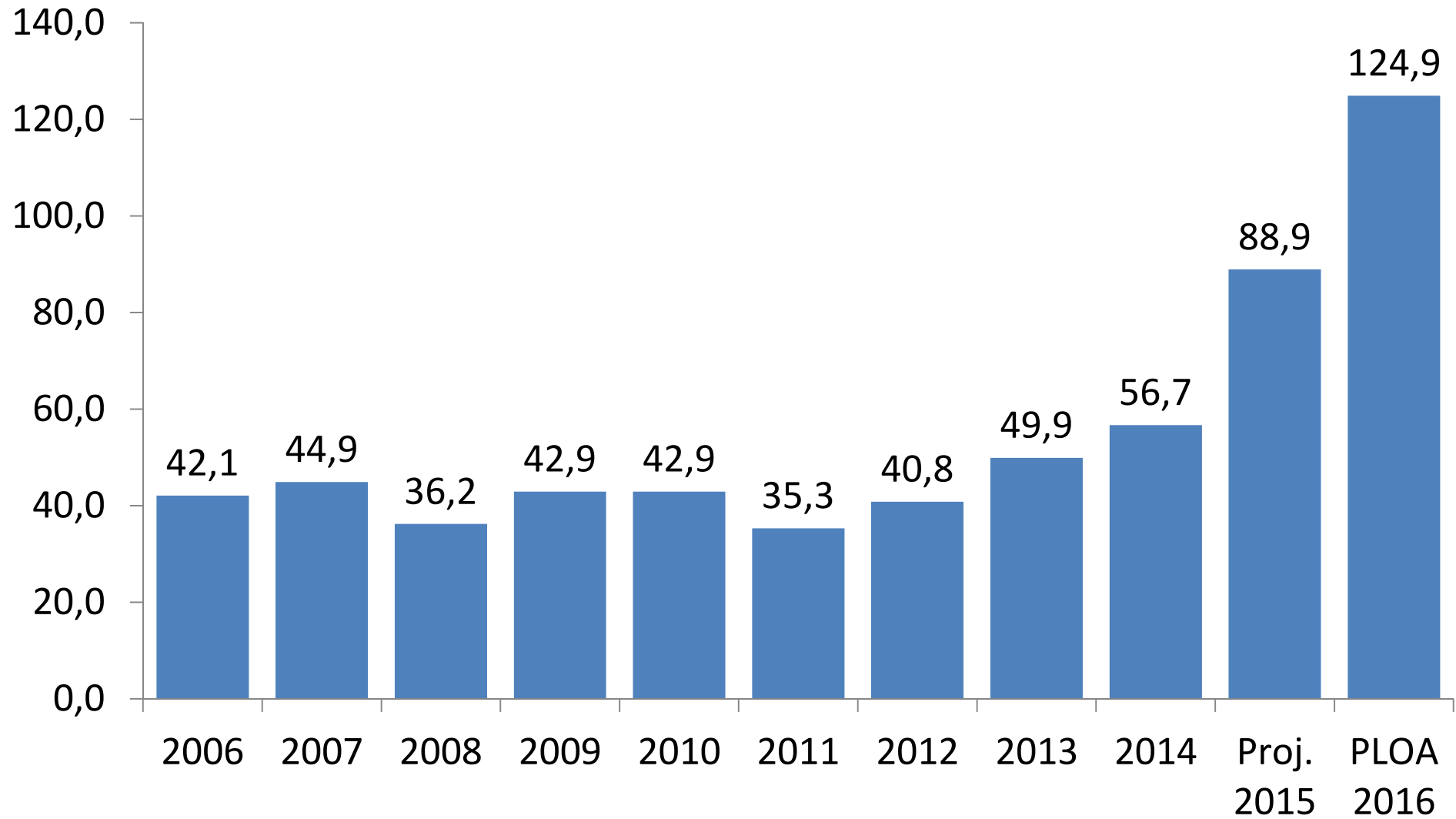


Fonte: STN.

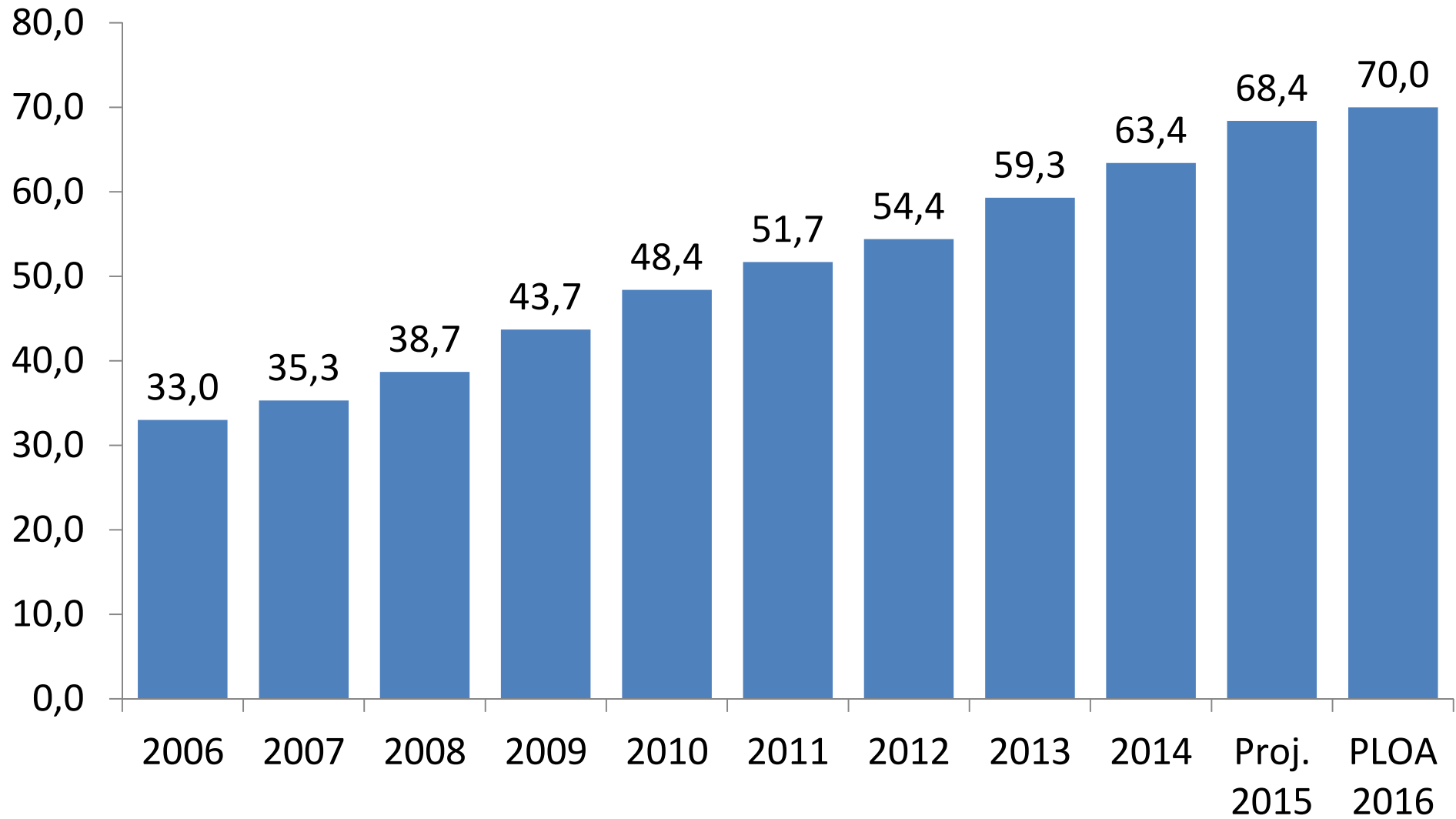
RECEITA PREVIDENCIÁRIA (em % PIB)



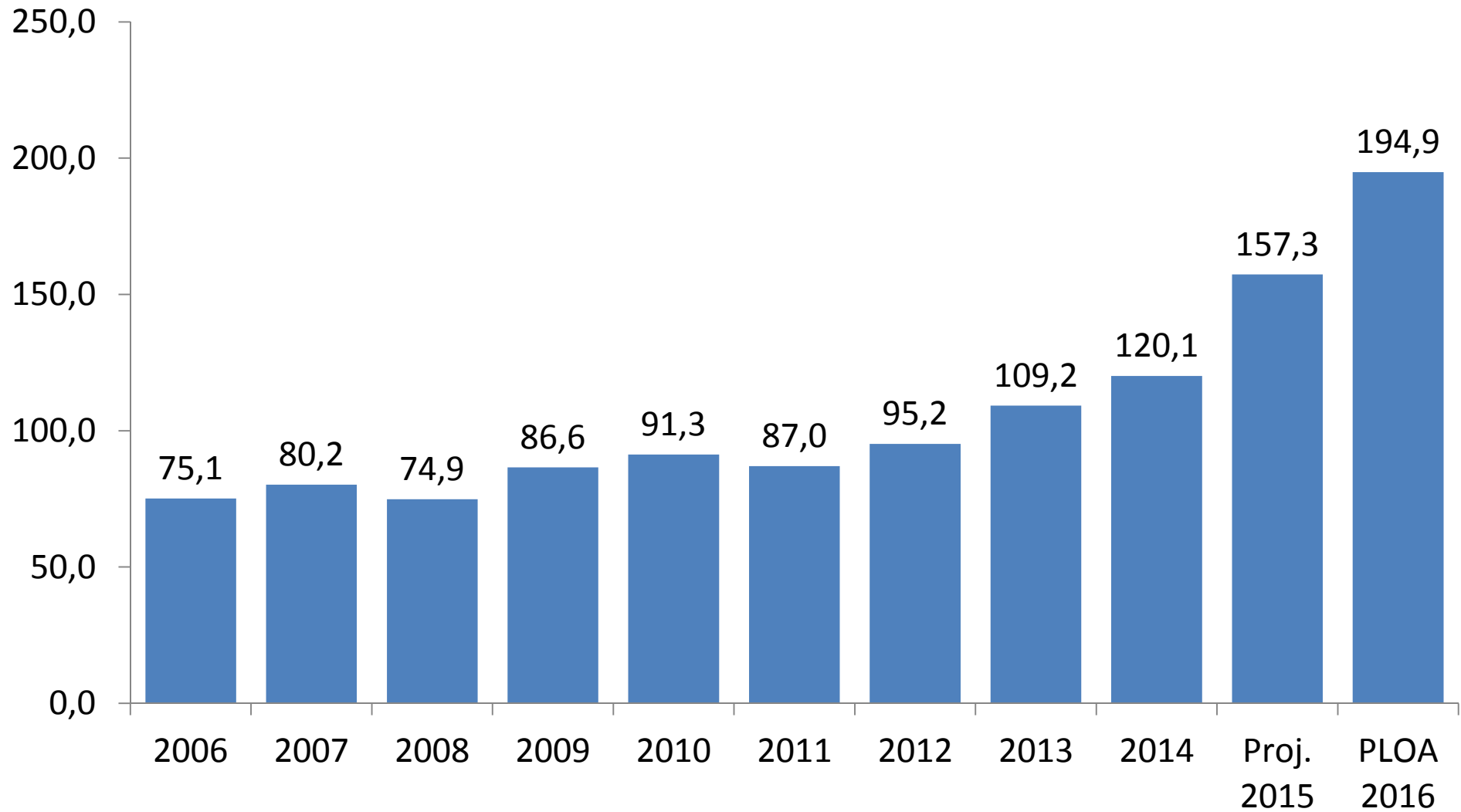
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA RGPS (R\$ bilhões)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA (R\$ bilhões)

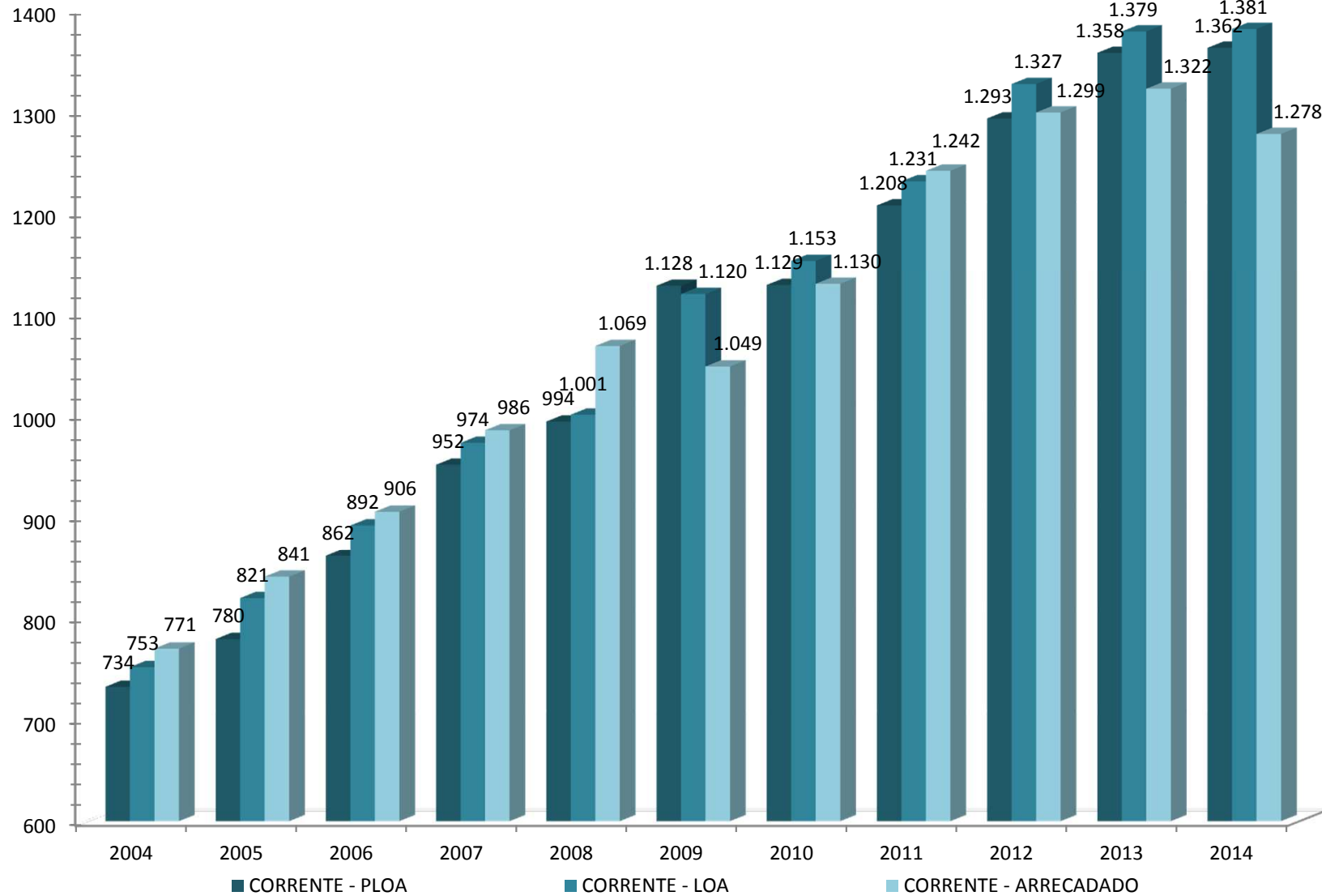


DÉFICIT TOTAL DA PREVIDÊNCIA (R\$ bilhões)



RECEITAS CORRENTES

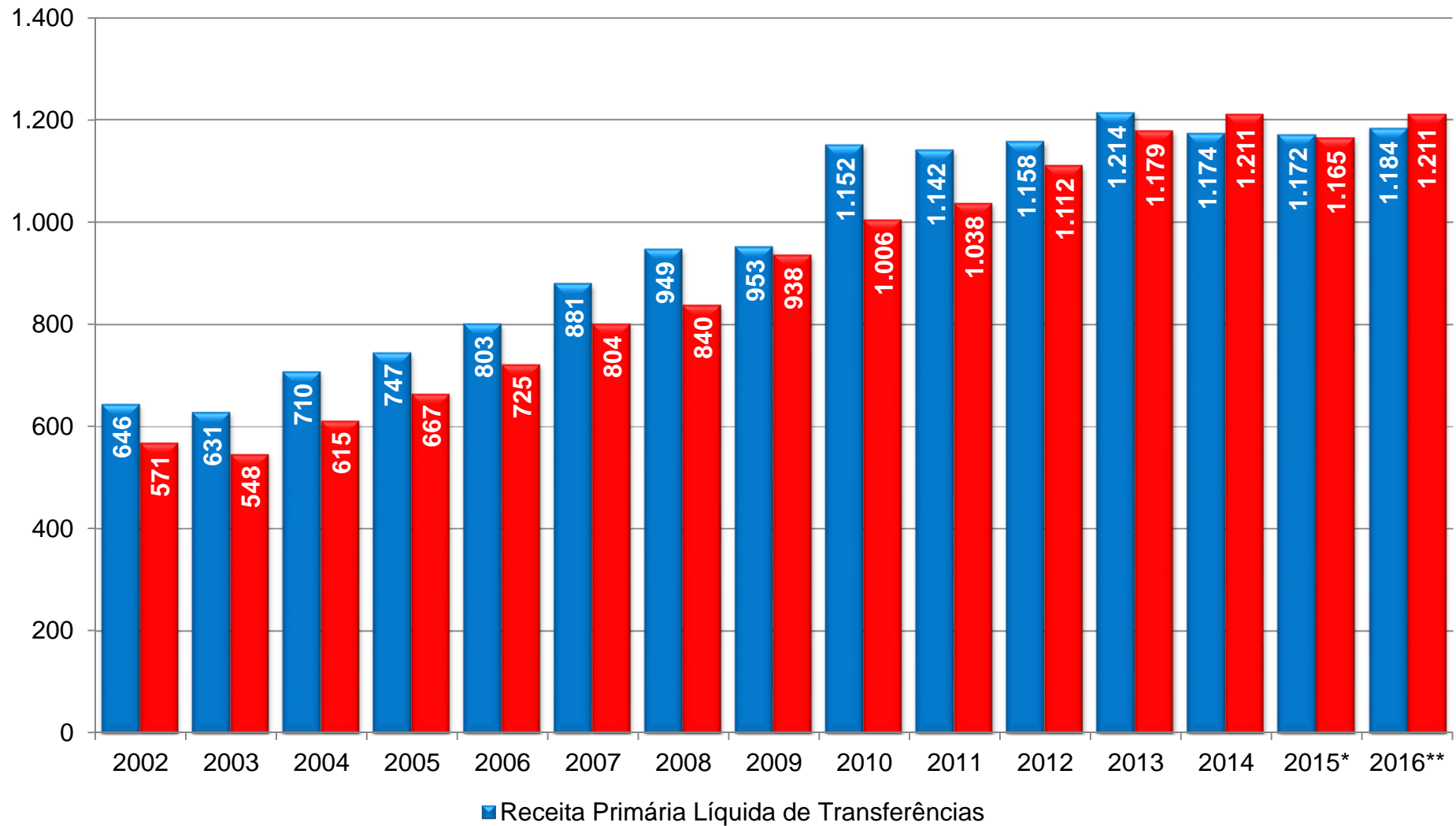
R\$ Bilhões a preços médios de 2014 (IPCA)



Obs: Não inclui receitas intra-orçamentárias nem refinanciamento da dívida.

EVOLUÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

R\$ Bilhões a preços médios de 2016 (IPCA)

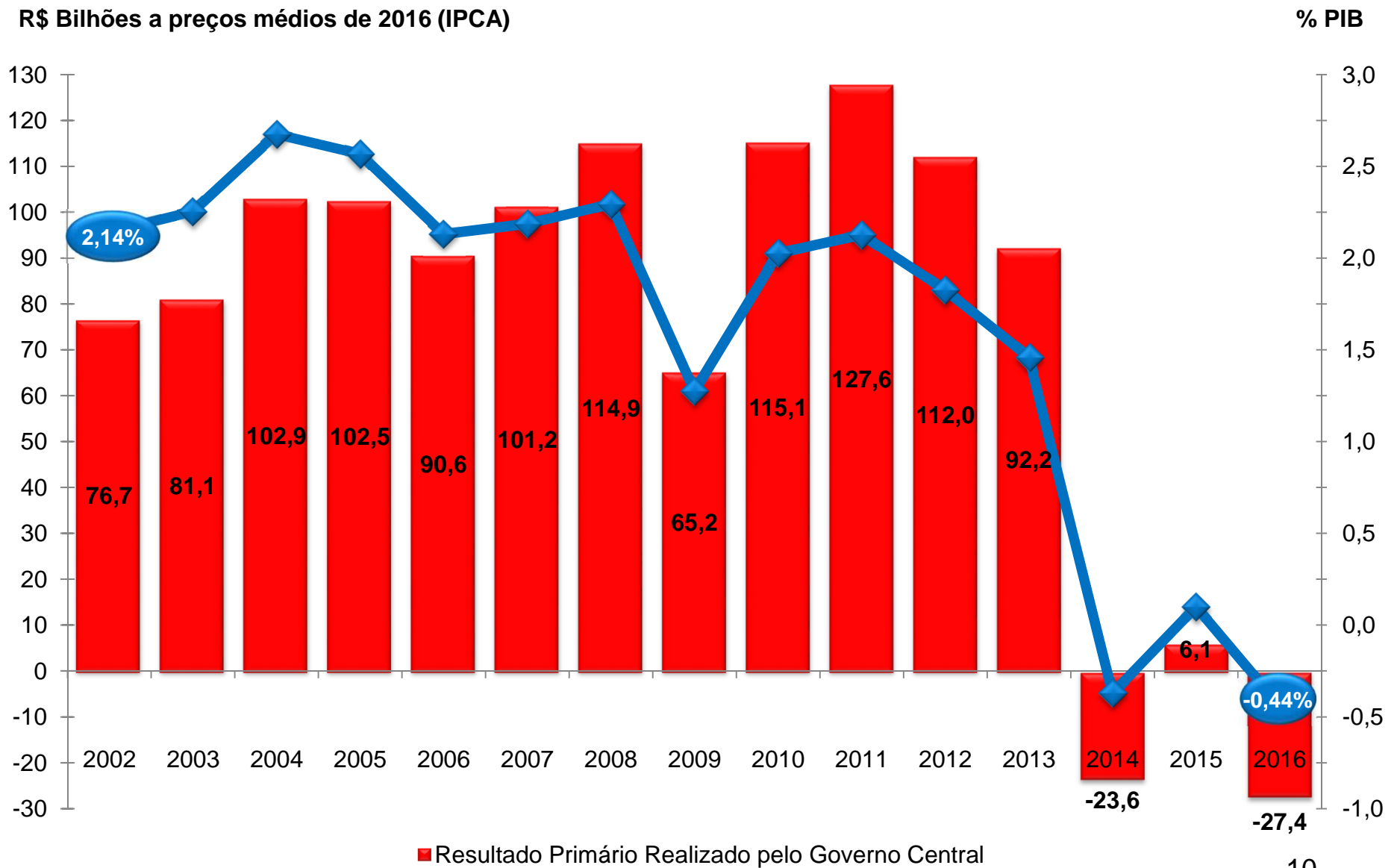


Fonte: SOF/PLOA/Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º Bimestre de 2015

* Valores da Reprogramação do 4º Bimestre/2015

** Valores constantes do PLOA 2016

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO



Fonte: PLOA/SOF/Bacen

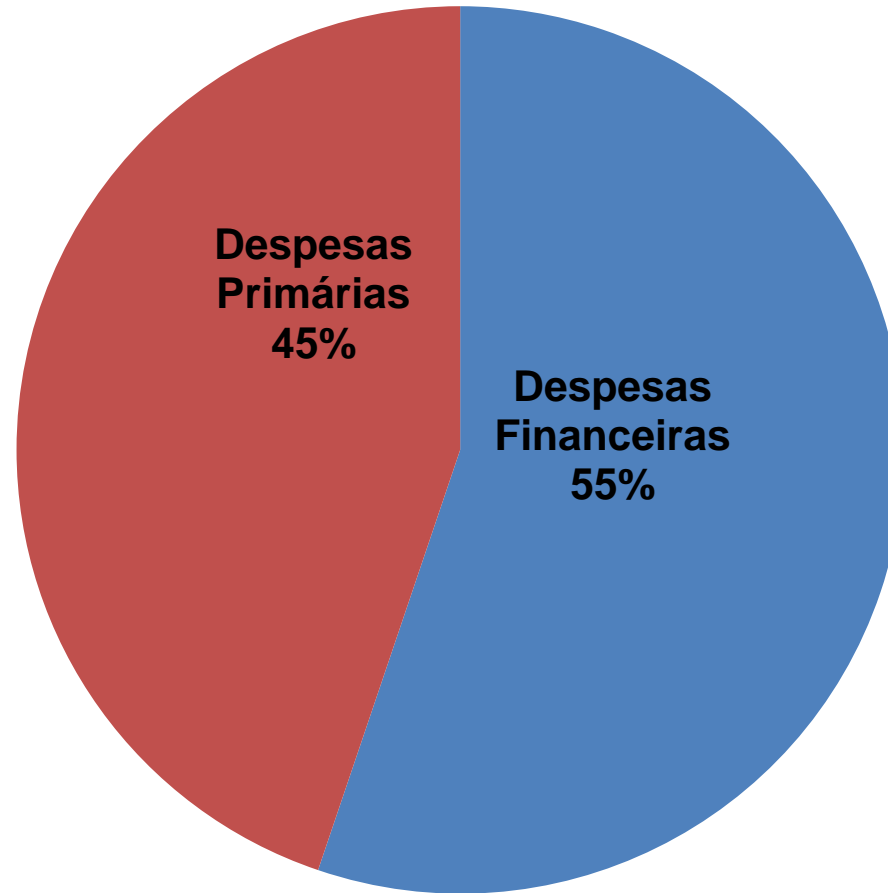
Visão Geral Orçamento para 2016

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ bilhões

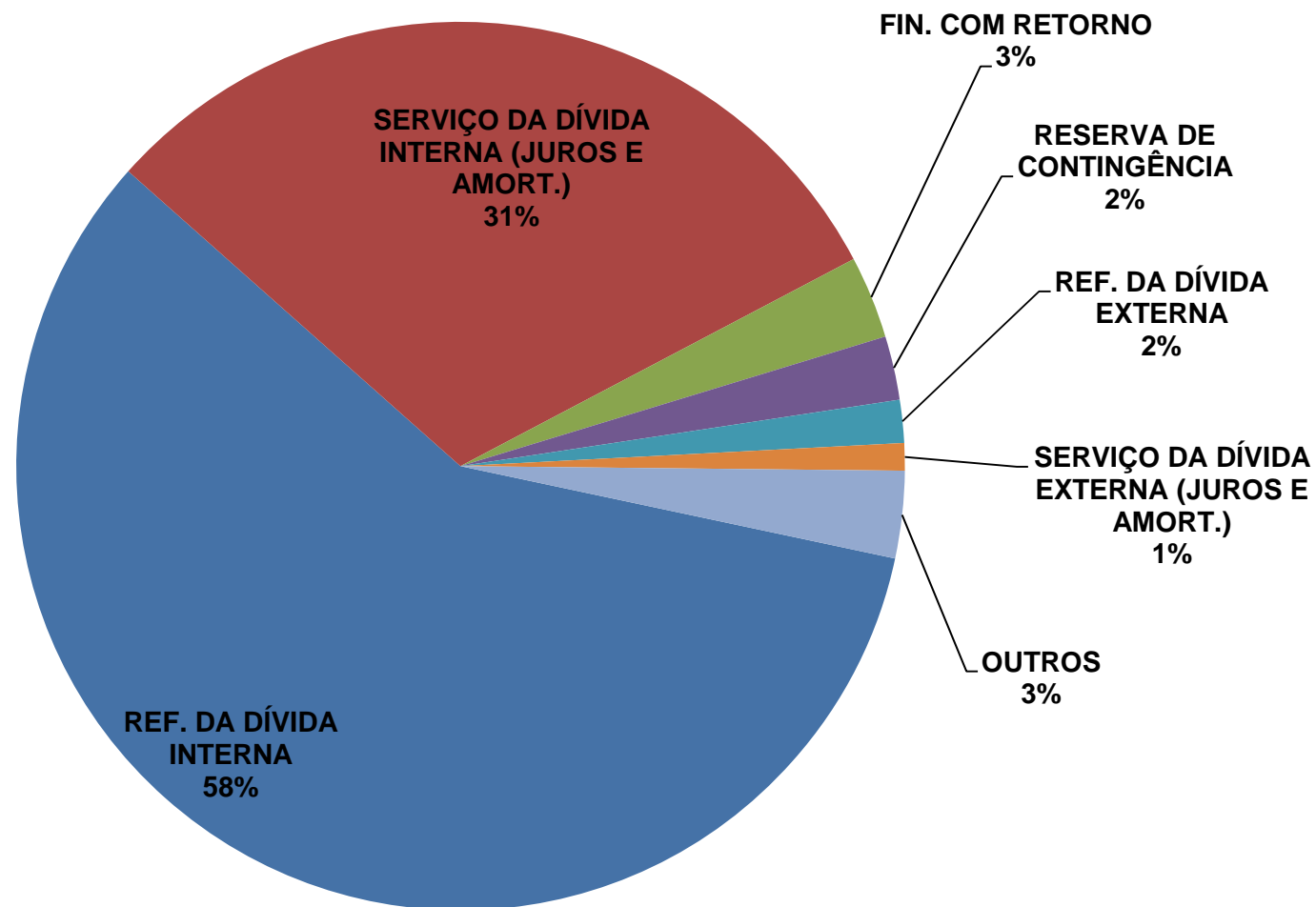
Itens	PLOA 2016
Total das Receitas	2.903,4
Receitas Primárias	1.401,8
Receitas Financeiras	1.501,6
<i>Refinanciamento da Dívida</i>	885,0
<i>Emissão de Títulos</i>	333,3
<i>Operações Oficiais de Crédito</i>	71,8
<i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro</i>	73,0
<i>Demais Receitas Financeiras</i>	138,5
Total das Despesas	2.903,4
Despesas Primárias (regime orçamentário)	1.429,3
Despesas Financeiras	1.474,2
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	304,1
<i>Amortização da Dívida</i>	1.044,8
<i>Demais Despesas Financeiras</i>	125,3

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (R\$ 2.903,4 bilhões)



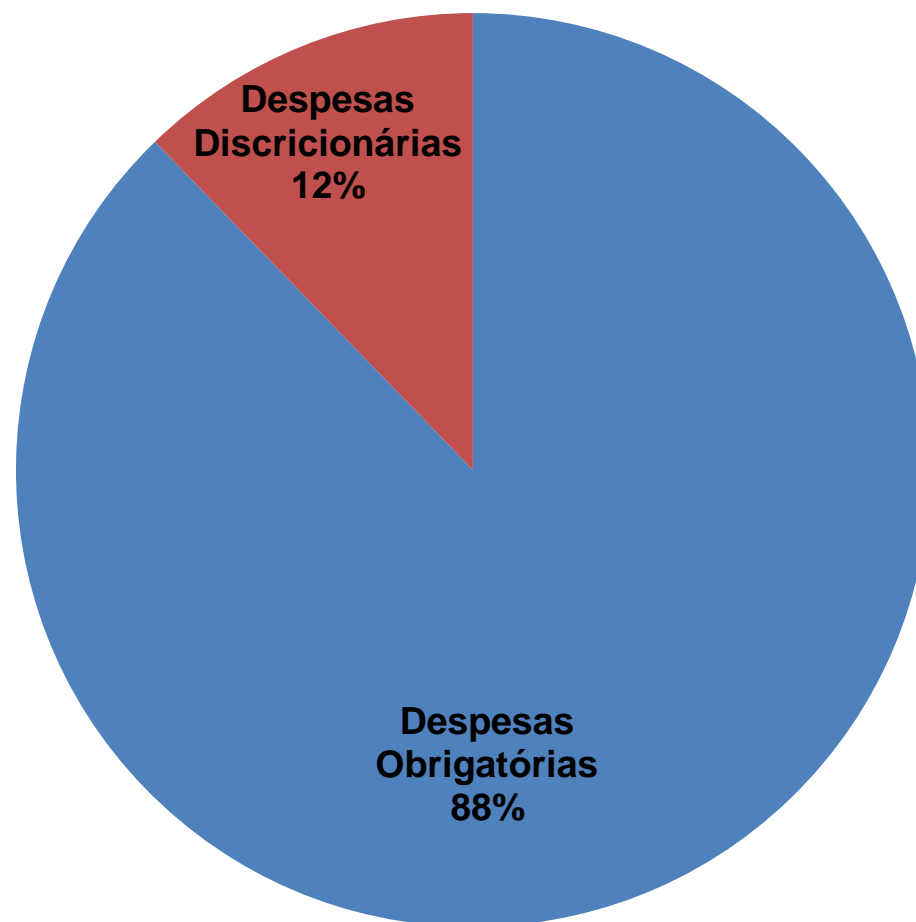
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesas Financeiras (R\$ 1.474,1 bilhões)



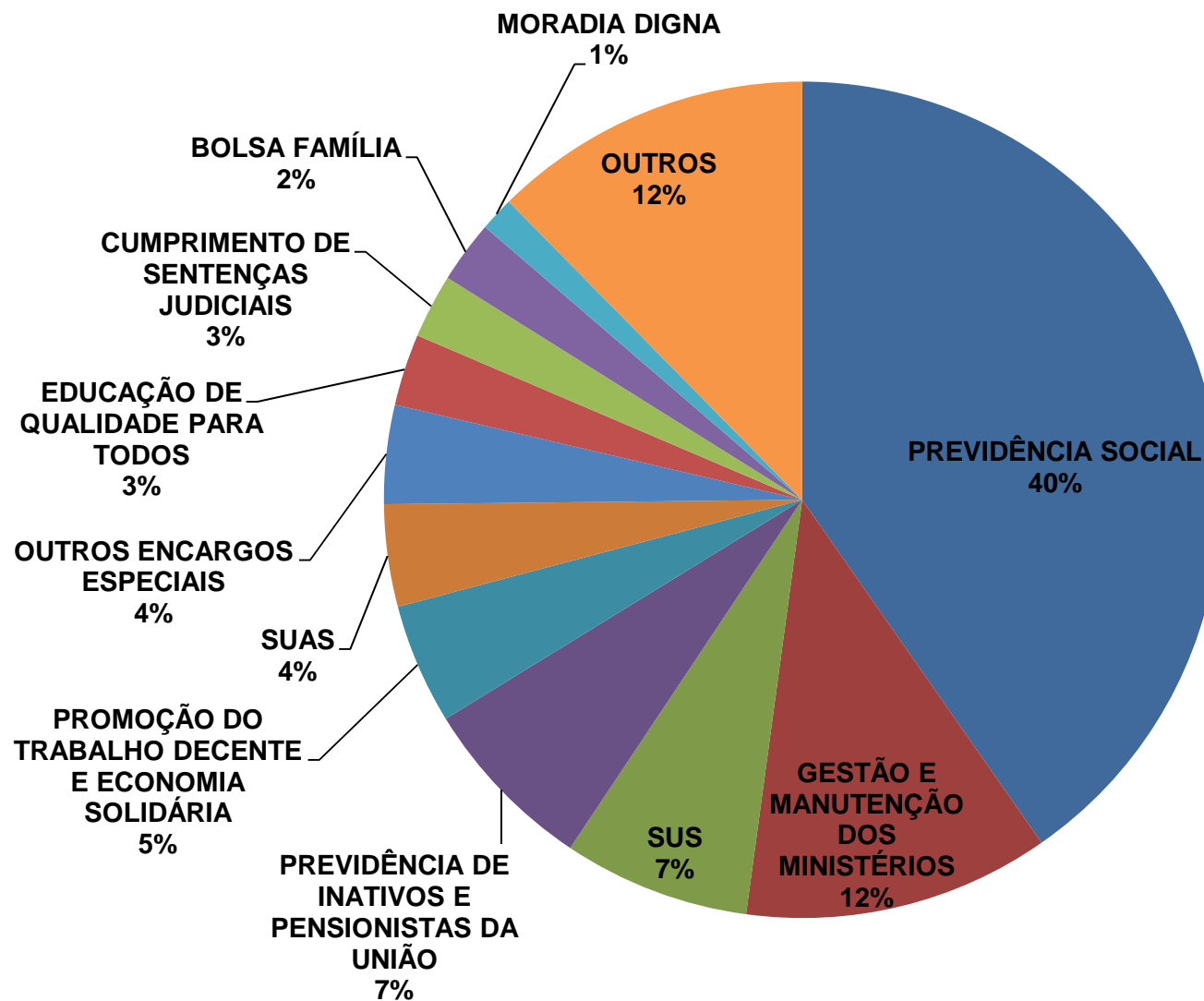
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesas Primárias (R\$ 1.196,7 bilhões)



Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesas Primárias (R\$ 1.196,7 bilhões)



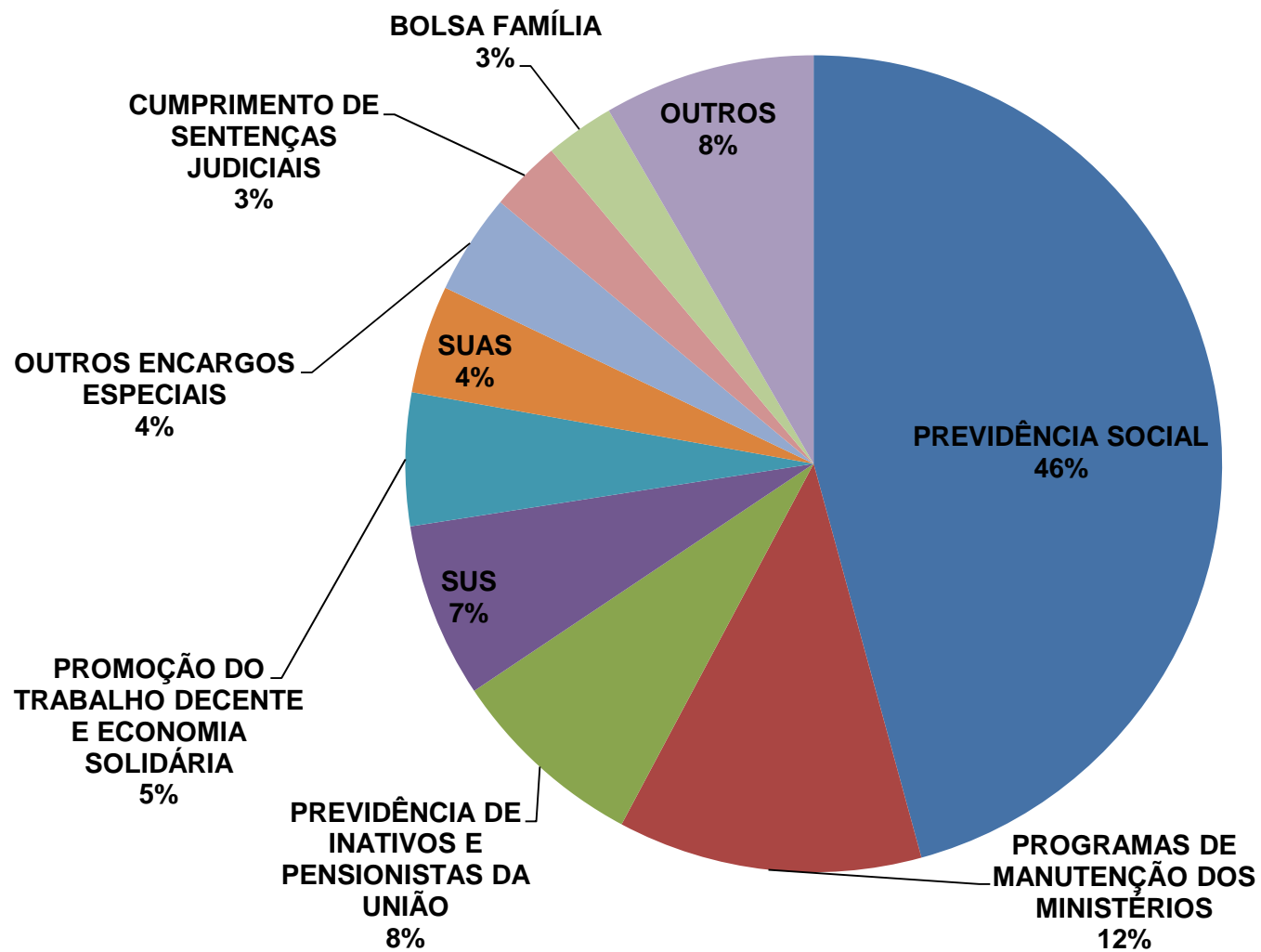
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas Primárias

Programas	R\$ bilhões
PREVIDÊNCIA SOCIAL	482,2
GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS MINISTÉRIOS	141,7
SUS	86,4
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	82,2
PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	55,7
SUAS	47,3
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	45,7
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	33,1
CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	29,7
BOLSA FAMÍLIA	28,8
MORADIA DIGNA	15,8
OUTROS	148,1
TOTAL	1.196,7

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Primárias Obrigatórias (R\$ 1.050,1 bilhões)



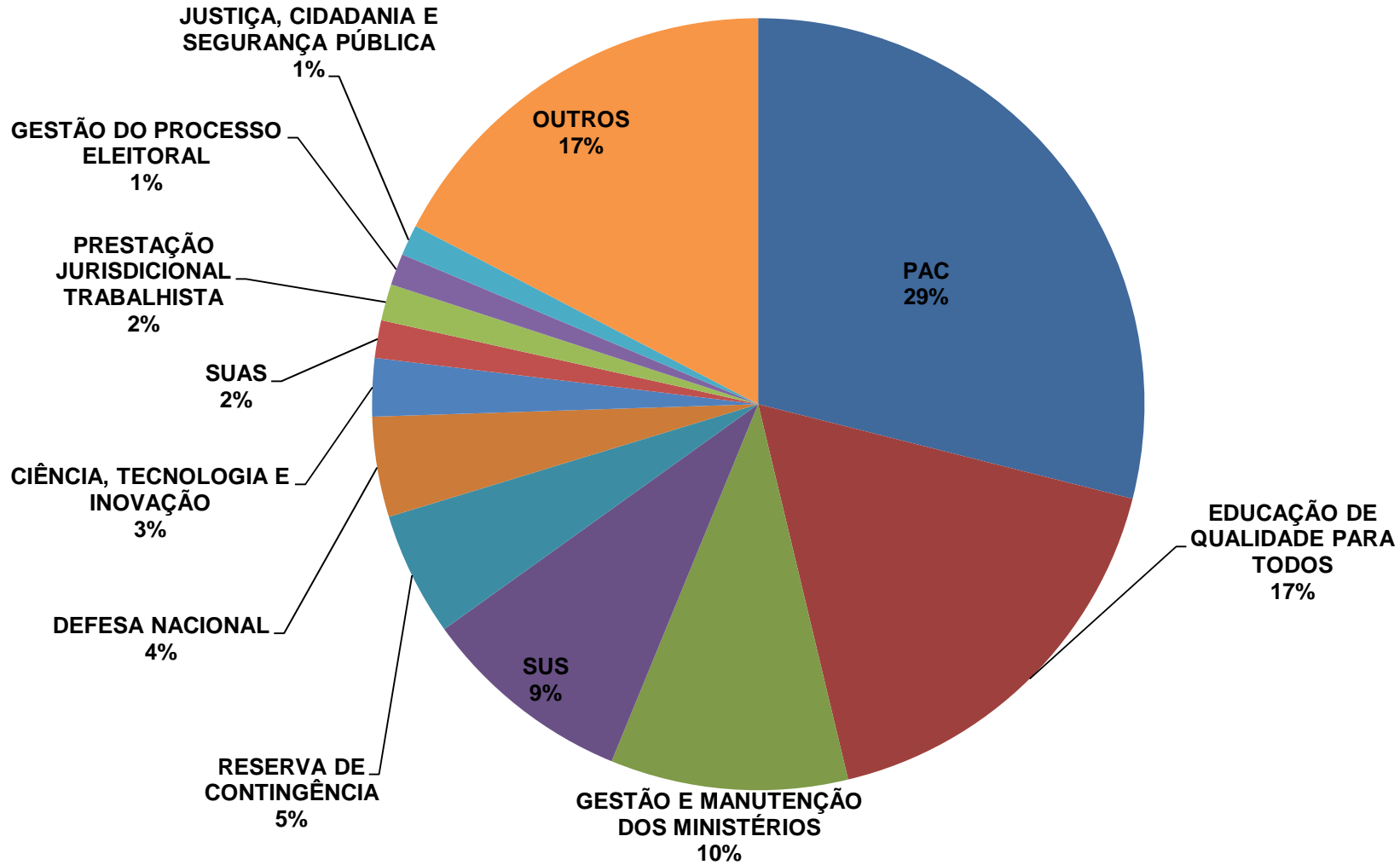
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas Primárias Obrigatórias

Programas	R\$ bilhões
PREVIDÊNCIA SOCIAL	480,4
PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO DOS MINISTÉRIOS	126,5
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	82,2
SUS	72,7
PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	55,3
SUAS	45,0
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	41,7
CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	29,7
BOLSA FAMÍLIA	28,8
OUTROS	87,8
TOTAL	1.050,1

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesas Discricionárias (R\$ 146,5 bilhões)

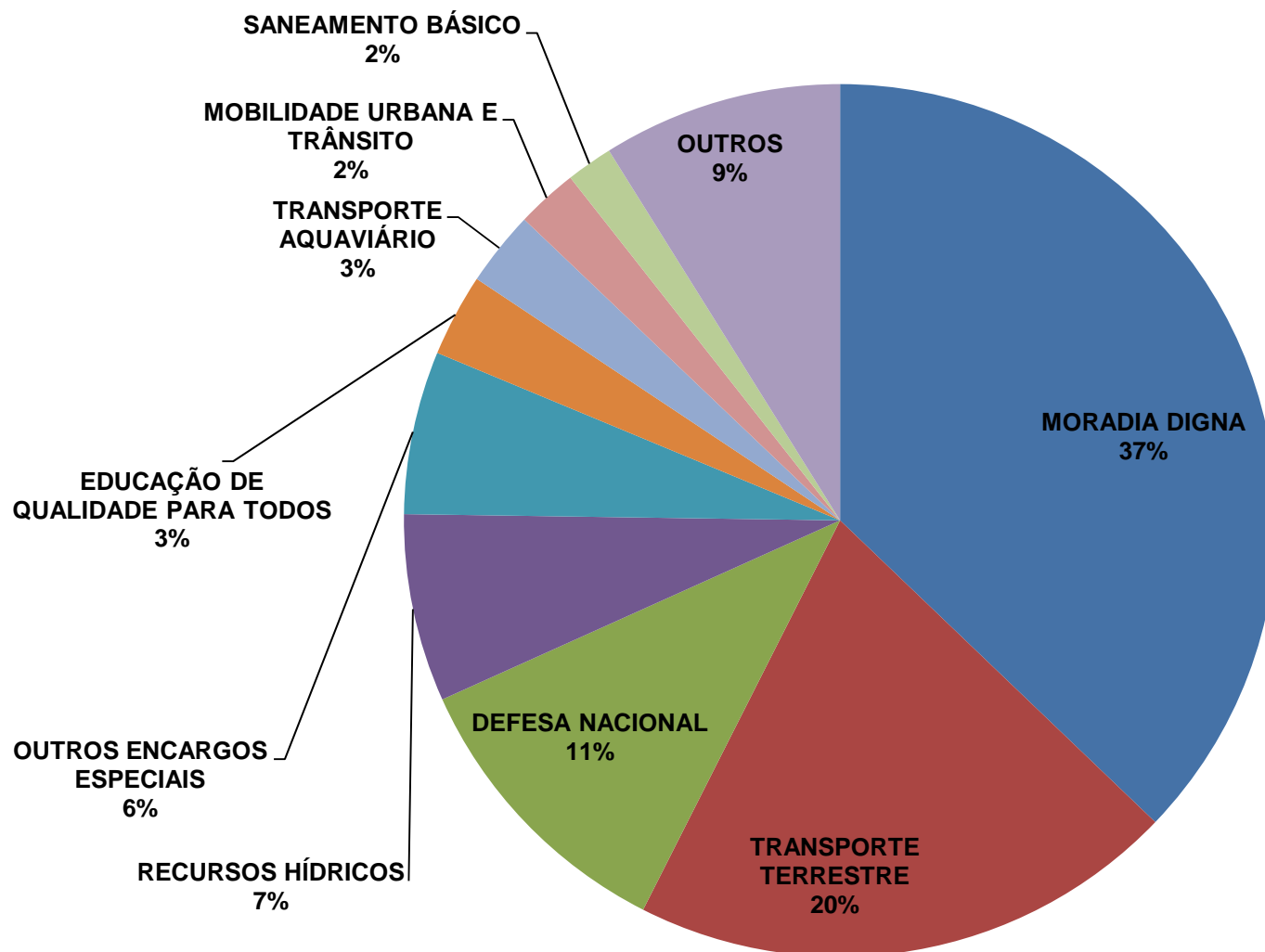


ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL

Despesas Discricionárias

Programas	R\$ bilhões
PAC	42,4
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	25,4
GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS MINISTÉRIOS	14,6
SUS	13,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7,6
DEFESA NACIONAL	6,2
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	3,6
SUAS	2,3
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	2,2
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	1,9
JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA	1,9
OUTROS	25,4
TOTAL	146,5

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social PAC (R\$ 42,4 bilhões)



ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas Discricionárias - PAC

Programas	R\$ bilhões
MORADIA DIGNA	15,8
TRANSPORTE TERRESTRE	8,6
DEFESA NACIONAL	4,6
RECURSOS HÍDRICOS	3,0
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2,6
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	1,3
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	1,2
MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	1,0
SANEAMENTO BÁSICO	0,7
OUTROS	3,8
TOTAL	42,4

NECESSIDADE DE AJUSTE DO ORÇAMENTO

- PLDO 2016: superávit primário do setor público é de 0,7% do PIB, equivalente à R\$ 43,8 bilhões, dos quais R\$ 34,4 bilhões correspondem à União (0,55% do PIB)
- PLOA 2016: déficit primário de 0,5% do PIB, ou seja, R\$ 30,5 bilhões, com base no cenário macroeconômico e legislação vigente
- Necessidade de ajuste PLOA e PLDO para 2016: R\$ 64,9 bilhões (1,1% do PIB)
- Efeito total do ajuste proposto pelo governo (Receita e Despesa): R\$ 66,2 bilhões
- No entanto, a análise do ajuste indica que faltará cerca de R\$ 20,0 bilhões

MEDIDAS DO AJUSTE FISCAL ANUNCIADAS PELO GOVERNO EM 14/09/2015

RECEITA

Medidas	Proposta	Ato	Gov.	Relator
1. REDUÇÃO DE GASTOS TRIBUT.				
1.1. Reintegra	I – 0,01% p/ 2016 II – 1% p/ 2017 III – 2% p/ 2018 IV – 3% p/ 2019	Decreto 8.415/15	2,0	2,0
1.2. PIS/Cofins (Regime Especial da Indústria Química)	Redução de 50% em 2016 e total em 2017	MP 694/15	0,8	0,8
1.3. JCP (IRPJ/CSLL)	TJLP limitada a 5% para cálculo de JCP. Aumento de alíquota de 15% para 18%	MP	1,1	1,1
1.4. IRPJ/Sistema S	Ded. do vl. devido ao SESI/SESC/SEST equiv. ao benef. do IRPJ/CSLL pela exclusão dos dispêndios com pesquisa tecnol. e desenv. de inovação tecnol.	MP	2,0	2,0
2. REALOCAÇÃO DE FONTES DE RECEITA	Redução de 30% nas alíquotas do Sistema S e Sebrae e oneração da contr. previd. sobre a folha em 0,9%	MP	6,0	6,0
3. MEDIDAS ARRECADATÓRIAS				
3.1. IRPF – Ganho de capital progressivo	Hoje: tributação exclusiva de 15% Proposta: i) até R\$ 1 mi – 15%; ii) R\$ de 1 mi a R\$ 5 mi – 20%; iii) de R\$ 5 mi a R\$ 20 mi – 25%; iv) acima de R\$ 20 mi – 30%	MP 692/15	1,8	1,8
3.2. CPMF/Red. IOF	CPMF – alíquota de 0,20% (c/ red. IOF)	PEC 140/15 e decreto	32,0	10,7
3.3. Revisão de arrecadação	Expectativas com atualização dos parâmetros macroeconômicos		(5,5)	(5,5)
Total			40,2	18,8

MEDIDAS DO AJUSTE FISCAL ANUNCIADAS PELO GOVERNO EM 14/09/2015

DESPESA

Medidas	Tipo de gasto	Providências e observações	Gov.	Relator
1. ADIAMENTO DO REAJUSTE DOS SERVIDORES	Obrigatório	Adiar o reaj. para agosto, mediante negoc. c/ servid. e alt. no PLOA	7,0	7,8
2. SUSPENSÃO DE CONCURSOS	Obrigatório	Alteração no PLDO e no PLOA	1,5	1,5
3. ELIMINAÇÃO DO ABONO PERMANÊNCIA	Obrigatório	PEC 139/15	1,2	0,0
4. GARANTIA DO TETO REMUNERATÓRIO	Obrigatório	PL 3.123/15	0,8	0,8
5. REDUÇÃO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO	Discricionário	PLDO e gestão. Reneg. de contratos (R\$ 1,6 bi); diárias, passagens e auxílio-moradia e telefone (R\$ 0,2 bi); e reforma adm. (R\$ 0,2 bi). Decreto 8.540/15	2,0	2,0
6. MCMV	Discricionário	MP e PLOA. Recursos do FGTS para o programa MCMV. PLP 328/13	4,8	4,8
7. PAC (EXCETO MCMV)	Discricionário	PLDO. Recursos das emendas impositivas.	3,8	3,8
8. SAÚDE	Discricionário	PLDO. Recursos das emendas impositivas.	3,8	3,8
9. SUBVENÇÃO PARA GARANTIA DO PREÇO MÍNIMO	Obrigatório	PLOA. Revisão da dotação para a média de execução dos últimos 4 anos.	1,1	1,1
Total			26,0	25,6

Outras Medidas para o Ajuste Fiscal do PLOA 2016

R\$ bilhões

ITEM	Ajustes	Observações
RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA	30,6	
Previdência (RGPS)	3,1	PEC e PL. Propostas detalhadas adiante.
Previdência Pública (Regime próprio)	8,1	PEC e PL. Propostas detalhadas adiante.
Trabalho	6,5	PL. Propostas detalhadas adiante.
CIDE	12,9	Decreto. Aumento de R\$ 0,40 no litro da gasolina.
DESPESAS PRIMÁRIAS	-42,7	
Despesas Obrigatórias	-36,6	
Pessoal e encargos sociais (ativos)	-0,8	PLOA. Extensão do adiamento dos reajustes para o servidor público dos Poderes Legislativo e Judiciário.
Pessoal e encargos sociais (inativos - civil e militar)	-1,9	PEC e PL. Propostas detalhadas adiante.
Previdência (RGPS)	-21,2	PEC e PL. Propostas detalhadas adiante.
FAT	-2,4	PL. Propostas detalhadas adiante.
LOAS	-2,0	PEC. Propostas detalhadas adiante.
Benefícios dos servidores	-0,2	PLOA. Proposta de corte do Congresso Nacional.
Despesas Discricionárias	-6,1	
Custeio Administrativo	-5,7	PLOA. Proposta de corte do Congresso Nacional.
Inversões e transferências para o setor privado	-0,3	PLOA. Proposta de corte do Congresso Nacional.
TOTAL	72,5	

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PEC	Fim da aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição, substituindo essa modalidade por uma regra somando idade e tempo de contribuição. A regra começa com 85/95 e progride 1 ponto a cada 2 anos para as mulheres e um ponto a cada 3 anos para os homens até chegar a 105 para ambos. Acaba o fator previdenciário.	1,3	1,2	0,1	64,2
PEC	Igualdade entre homem e mulher na idade para aposentadoria por idade. Aumenta a idade de aposentadoria da mulher de imediato para 61 anos e a partir de então 3 meses por ano até chegar aos 65 anos. Pode antecipar a aposentadoria em até 5 anos, com desconto de 6% ao ano, desde que tenha pelo menos 35 anos de contribuição.	1,7	1,3	0,4	39,4
PEC	Igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais na idade para aposentadoria por idade. Aumenta a idade de aposentadoria da trabalhadora rural de imediato para 56 anos e do trabalhador rural para 61 a partir de então 3 meses por ano até chegar aos 65 anos para ambos.	2	1,5	0,5	58
PL	Aumento da carência para aposentadoria por idade de 15 para 20 anos. Aumenta de imediato para 16 anos e a partir de então 3 meses por ano até chegar aos 20 anos de contribuição. O cálculo do benefício será 65% mais 1% por cada ano de contribuição.	0,5	0,4	0,1	11,4
PL	Pensão por morte de 60% do salário de benefício quando deixar um único dependente. Aumenta 10% para cada dependente adicional. Quando cada dependente perder essa condição, reduz 10%.	2,4	2,4	0	110,8

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PL	Cálculo da aposentadoria por invalidez pelo mesmo critério da aposentadoria por idade: 65% mais 1% por cada ano de contribuição.	0,2	0,2	0	16,1
PL	Aumento da franquia do auxílio-doença de 15 dias para 30 dias.	1,6	1,6	0	19,4
PL	Segurado especial não pode acumular aposentadoria com pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão a partir da aprovação da lei, mantendo para quem já recebe.	0,9	0,9	0	10,9
PL	Incentivo ao trabalho da pessoa com deficiência: mudança do auxílio-acidente tornando-o um benefício para qualquer trabalhador com deficiência moderada ou grave, sem carência. Esse benefício reduziria a informalidade e estimularia a entrada na PEA de pessoas com deficiência, compensando o gasto adicional com um aumento de arrecadação.	0,3	0,2	0,1	3,1
PL	Revitalização da loteria instantânea da CEF, vinculando as receitas para a previdência própria da União, estados e municípios, distribuído de acordo com o número de segurados.	1,1	-	1,1	22,4

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PL	<p>Médicos-Peritos (MePe) do INSS não têm jornada definida, mas sim número mínimo de perícias a serem feitas no mês. Determinação que se o nº de aposentadorias por invalidez for superior a 10% do total de aposentadorias concedidas no ano a gratificação dos servidores do INSS (GDAS) não poderá ser superior a 90%. Obrigatoriedade que pelo menos 50% da GDAS esteja vinculada a metas de aumento de reabilitação profissional e de redução de auxílios-doença de longa duração. Obrigatoriedade de MePe nas audiências de ações contra o INSS que envolvam benefícios que dependem de perícia.</p> <p>Obrigatoriedade de fazer perícias nas aposentadorias por invalidez a cada 2 anos, sob pena de ficar sem a GDAS. Isso permitirá os seguintes resultados:</p> <p>1) Revisão de benefícios judiciais do INSS</p> <p>2) Revisão de aposentadorias por invalidez</p> <p>3) Revitalização da reabilitação profissional</p> <p>4) Auditoria nos benefícios rurais</p> <p>5) Ganho de ações pela presença de Médico-Perito nas audiências da Justiça</p>				
Total		24,32	21,12	3,2	571,27

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (CIVIS E MILITARES)

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PEC	A idade de aposentadoria dos servidores públicos passa a ser a mesma do RGPS. De imediato a idade para as mulheres aumenta para 56 e para os homens vai para 61. A partir do ano seguinte aumenta 3 meses por ano até chegar a 65 para ambos. A regra de transição para quem ingressou antes desta PEC começa em 87/97, aumentando um ponto a cada dois anos para as mulheres e um ponto a cada 3 anos para os homens até alcançar 105 pontos para ambos.	0,5	0,5	-	25,3
PEC	Regra de pensão por morte para servidores públicos passam a ser as mesmas aplicadas no RGPS	0,6	0,6	-	31,9
PEC	Servidores com direito a integralidade e paridade tem obrigação de contribuir com alíquota de 11,5% por 35 anos para o regime próprio do Ente, mesmo que estejam aposentados. Quem se aposentou com progressão terá alíquota de 14,5%.	6,8	-	6,8	55,1
PL	Implementação da previdência dos militares com a mesma alíquota de contribuição dos civis, considerando como aposentadoria apenas a reforma (aumento de alíquota de 4%)	1,3	-	1,3	13

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (CIVIS E MILITARES)

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PL	Regulamentação da aplicação do teto, com foco principal nos casos permitidos de acumulação de 2 cargos públicos. Demissão de servidores que têm acumulação indevida de 2 ou mais cargos, mediante cruzamento de dados entre União, estados, DF e municípios. Criação de gratificações apenas por lei. As gratificações já existentes precisam de lei para ser convalidadas.	0,8	0,8	-	8,8
PL	Regulamentação das aposentadorias especiais por risco (policiais), agentes nocivos e pessoas com deficiência, evitando que a Justiça conceda a quem não deveria ter direito ao benefício.	-	-	-	-
Total		10,0	1,9	8,1	134,1

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PEC	Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) passa a ser universal para idosos e pessoas com deficiência grave que nunca trabalharam, porém de 1/2 salário mínimo (SM). Para cada ano de contribuição à previdência, o benefício cresce 5%, até chegar a um SM. Os benefícios já concedidos ficam sem reajuste até caírem para 1/2 SM acrescido de 5% para cada ano de contribuição para o RGPS. Não pode acumular com nenhum benefício previdenciário nem com bolsa-família. Novas concessões ocorreriam 6 meses após a promulgação da PEC. Nesse período o INSS procederá a revisão dos atuais benefícios sem redução de valor.	2	2	-	99,2
Total		2	2	-	99,2

Medidas para redução das despesas nas áreas de Previdência, Trabalho e Assistência Social

TRABALHO

R\$ em bilhões

Tipo de Norma	Descrição da Medida	Impacto Total em 2016	Redução de Despesa 2016	Aumento de Receita 2016	Total em 10 anos
PL	Pescador artesanal precisa ter 3 anos de registro para ter acesso ao seguro-defeso	0,4	0,4	-	4,9
PL	Contribuição do FGTS de 10% sobre as demissões sem justa causa passa para o Minha Casa Minha vida por 4 anos e depois acaba.	4,8	-	4,8	20,1
PL	Fim da multa rescisória para trabalhador que se aposentar. Quando ele for demitido sem justa causa, o empregador pagará a multa de 40% dos depósitos do FGTS apenas referente ao período após a aposentadoria. Medida visa reduzir incentivos para aposentadorias precoces. Além disso, vai aumentar o lucro das estatais por não ter que pagar essas multas, aumentando os dividendos da União.	1,0	0,1	0,9	10,8
PL	Prevalência do negociado sobre o legislado, dando força à negociação coletiva em momentos de crise; reduzindo demissões, evitando aumento de gastos com seguro-desemprego, além de aumentar arrecadação previdenciária	2,7	1,9	0,8	31,3
PL	Regulamentação do direito de greve do servidor público	-	-	-	-
Total		8,9	2,4	6,5	67,1

FIM